



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS
CASOS DE ABANDONO AFETIVO

Paula Salles Vaz de Mello

Rio de Janeiro
2023

PAULA SALLES VAZ DE MELLO

A EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS
CASOS DE ABANDONO AFETIVO

Artigo científico apresentado como exigência de conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Mônica C. F. Areal

Nelson C. Tavares Junior

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro

2023

A EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE ABANDONO AFETIVO

Paula Salles Vaz de Mello.

Graduada pela Universidade Estácio de Sá.

Resumo – o tema da responsabilização civil dos pais por abandono afetivo é controverso tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Enquanto alguns doutrinadores afirmam que a falta de afeto viola o dever jurídico de cuidado imposto aos pais em relação aos filhos pela Constituição Federal, outros argumentam que a responsabilidade civil não pode ser aplicada no Direito de Família devido às suas particularidades. Portanto, é necessária uma análise mais aprofundada desse assunto. O objetivo deste trabalho é examinar a questão, avaliando a importância e a aplicabilidade da responsabilidade civil nos casos de abandono afetivo parental.

Palavras-chave – Direito de Família. Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil.

Sumário – Introdução. 1. Proteção jurídica do princípio da afetividade. 2. As consequências da falta de amor no ordenamento jurídico. 3. A responsabilidade civil como forma de compensar o abandono afetivo. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a entidade familiar sofreu inúmeras alterações, tendo sido deixado para trás aquela concepção de família patriarcal, constituindo um novo conceito de família baseado no vínculo afetivo.

Diante disso, o abandono afetivo pode ser definido como a falta de cuidado, de amor, de criação e de assistência física e moral, que os pais devem aos seus filhos, principalmente na infância e na adolescência. Atualmente, essa falta de cuidado tem quebrado grandes paradigmas diante da Justiça Brasileira, tendo em vista que, é de suma importância que a criança se sinta acolhida pelos seus pais, principalmente nos primeiros anos de sua formação.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre problema do abandono afetivo no Brasil, e debater sobre a possibilidade da reparação por danos morais em decorrência do abandono, como forma eficaz de coibir tal conduta. Para tanto, a abordagem dos princípios basilares do direito de família, bem como dos pressupostos da responsabilidade civil no direito brasileiro, é fundamental para o estudo do dano moral aplicável regido no Direito da Família e da aplicação do Princípio da Afetividade.

A reparação de todo dano causado é um princípio fundamental no âmbito da responsabilidade civil, e a partir desse pressuposto é possível estabelecer uma relação entre o

abandono afetivo e a indenização. Para caracterizar a responsabilidade civil dos pais no caso de abandono afetivo, é necessário analisar a omissão no cuidado, a ausência de afeto, a negligência na assistência moral, bem como na educação e criação dos filhos. As relações entre pais e filhos vão além da mera provisão material, uma vez que se refere à falta de afeto e atenção.

Sendo assim, o presente trabalho analisa a aplicabilidade da reparação civil por danos morais como forma de compensar os danos oriundos do abandono afetivo no ordenamento jurídico pátrio.

No primeiro capítulo, se fará uma análise, de forma breve e objetiva, o conceito de família na sociedade atual, bem como os principais princípios do direito de família, em especial a proteção jurídica do afeto.

No segundo capítulo, será abordado os requisitos para aplicação da responsabilidade civil, no que versa sobre o abandono afetivo na relação paterno-filial, assim como explanações sobre este instituto.

Ao final, o capítulo terceiro trará aspectos jurisprudenciais, com decisões extraídas do STJ através de pesquisa online realizada no site oficial, sobre o comportamento do ordenamento jurídico brasileiros em ações de indenização decorrentes de situação de abandono afetivo paterno.

A pesquisa jurídica será qualitativa, porquanto o pesquisador pretende se valer da bibliografia pertinente à temática em foco – analisada e fichada na fase exploratória da pesquisa (legislação, doutrina e jurisprudência) – para sustentar a sua tese. O método de abordagem utilizado será o explicativo, a fim de responder os questionamentos propostos, validando as conclusões do presente trabalho.

1. PROTEÇÃO JURÍDICA DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O instituto da família tem passado por diversas mudanças ao longo dos séculos, e com as transformações do mundo moderno, o afeto foi finalmente reconhecido e passou a ocupar um lugar de destaque nas relações familiares.

A Constituição Federal¹ vigente resguardou, em seu capítulo VII, do artigo 226 ao 330, a família e estabeleceu tratamento igualitário entre homens e mulheres no que se refere à sociedade conjugal, impondo a ambos os genitores os direitos e deveres do poder familiar em relação aos

¹ BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023

filhos. Além disso, conferiu-lhes proteção especial do Estado com o objetivo de garantir todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, como educação, saúde, bem-estar e demais pilares para sua formação.

Nesse sentido, tanto o Código Civil, do artigo 1.630 a 1.638², quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abordam o exercício do poder familiar, estabelecendo aos pais a obrigação de cuidar e proteger seus filhos em igualdade de condições, até que atinjam a maioridade ou sejam emancipados.

A importância do afeto no desenvolvimento do indivíduo tem sido amplamente discutida no campo psicossocial. No entanto, até pouco tempo atrás, a existência ou ausência de afeto nas relações intrafamiliares não era questionada no âmbito jurídico.

Conforme a sociedade evoluiu, ficou evidente a importância do afeto para o desenvolvimento do indivíduo e para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. A partir desse momento, passou-se a atribuir a devida relevância ao afeto também no âmbito jurídico.

Segundo Dias, o afeto surge como um novo olhar do legislador, da doutrina e da jurisprudência, consolidando-se como um direito fundamental³. A mesma autora conclui afirmando que "talvez nada mais seja necessário dizer para evidenciar que o princípio norteador do direito das famílias é o princípio da afetividade."⁴

O princípio da afetividade, decorrente do respeito à dignidade da pessoa humana, orienta as relações familiares e a da solidariedade familiar⁵. Embora a palavra "afeto" não esteja expressamente prevista na Constituição, a afetividade está intrinsecamente relacionada à sua proteção.⁶

Nessa toada, em sua doutrina, Dantas traz o que Wallon pensava sobre o tema:

A dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento". Para ele, a emoção, uma das dimensões da Afetividade, é instrumento de sobrevivência inerente ao homem, é "fundamentalmente social" e "constitui também uma conduta com profundas raízes na vida orgânica."⁷

² BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

³DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito de família*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 67.

⁴*Ibid.*, p. 69.

⁵DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, V. 5. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 38.

⁶DIAS, *op. cit.*, p. 55.

⁷DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Yves de; PIAGET, Vygotsky. *Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992, p. 85

Fica claro, então, que o afeto recebido por uma criança é essencial em todas as fases de sua vida, de modo que a negligência nesse período pode acarretar possíveis consequências em sua vida adulta, como dificuldades nos relacionamentos, no trabalho e no crescimento pessoal.

Silvana Maria Carbonara fala sobre o afeto como um novo elemento a ser considerado juridicamente ganhou dimensões significativas um elemento que anteriormente estava à sombra: o sentimento. E, com ele, a noção de afeto, tomada como um elemento propulsor da relação familiar, revelador do desejo de estar junto a outra pessoa ou pessoas, se fez presente.⁸

Nesse sentido, as decisões judiciais começaram a sofrer alterações:

UNIÃO ESTÁVEL. SOCIEDADE DE FATO. AUSÊNCIA DE *AFFECTIO MARITALIS* E INEXISTÊNCIA DE COLABORAÇÃO. Ainda que o relacionamento tenha perdurado no tempo, não configurou união estável, cuja característica é a de assemelhar-se ao casamento, indicando uma comunhão de vida e de interesses. Não há *affectio maritalis* quando o casal jamais coabitou e jamais teve o propósito de edificar uma família. Do mero relacionamento afetivo e sexual, sem vida em comum, não se retira qualquer seqüela patrimonial, sendo a autora beneficiada com o auxílio econômico freqüente até presenteada com uma casa. Afirmando a autora que “era pobre” e por essa razão “nada prestava economicamente” para o varão e apenas “prestou auxílio com o seu amor e o seu corpo”, afasta a sociedade de fato. Enquanto sexo constitui troca entre os parceiros, seja de prazer seja de o seu carinho, seja de interesse, o amor e o afeto consistem doação e entrega, e exaurem-se em si mesmos, sem deles decorrer qualquer cunho econômico. Não havendo união estável nem sociedade de fato, descabe pedir partilha de bens pois inexistente suporte jurídico para tanto. RECURSO DO RÉU PROVIDO E DESPROVIDO O DA AUTORA, POR MAIORIA.⁹

Nesse sentido, se o afeto deve ser valorizado juridicamente, é porque ele é um bem jurídico, mesmo que imaterial ou abstrato, que pode ter um valor econômico aferível, e não apenas sentimentalmente.

O Direito de Família e a valorização do afeto no seio familiar apresentam desafios que exigem uma abordagem cuidadosa e equilibrada no âmbito jurídico. Embora o afeto seja um valor essencial na construção e manutenção dos laços familiares, pode também representar um obstáculo na solução de conflitos jurídicos envolvendo a família.

Dessa forma, o Direito deve atuar de forma sensível e cautelosa ao lidar com questões que envolvam a afetividade na esfera familiar, buscando promover a justiça e a equidade sem prejudicar a essência dos laços afetivos presentes nas relações familiares.

É importante destacar que afetividade e afeto não têm o mesmo significado, sendo essa

⁸CARBONERA, Silvana Maria. O papel jurídico do afeto nas relações de família In: FACHIN, Luiz Edson (coord.). *Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 286.

⁹BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação cível n. 70.000.411.322*, da 7ª Câmara Cível de Porto Alegre, rel. Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, julgado em 17 de maio de 2000.) Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/1309672821>>. Acesso: 20 jan. 2023.

diferenciação fundamental para viabilizar uma maior aceitação da afetividade como um valor jurídico. Os aplicadores do Direito positivado, na busca por segurança jurídica, relutaram em aceitar um valor tão subjetivo como o afeto no contexto jurídico.

Lôbo define o afeto¹⁰ como um fato social e psicológico ou anímico. Trata-se, pois, de um valor subjetivo, de um sentimento que possui várias facetas, ao contrário da afetividade que é dotada de caráter normativo. Para Lôbo¹¹, “a afetividade é dever imposto aos pais em relação aos filhos e destes em relação àqueles, ainda que haja desamor ou desafeição entre eles.”

Ademais, o Direito não pode interferir na esfera sentimental privada, sob pena de ferir direitos fundamentais, porém, deve assegurar a afetividade como um princípio garantidor desses mesmos direitos, como no caso do dever de cuidado, da paternidade afetiva, da união estável, dentre outros.

2. AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE AMOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO

O abandono afetivo pode acarretar prejuízos de natureza imaterial à formação da personalidade, resultando em diversos danos psicológicos para os filhos que são vítimas desse ato. Além de gerar sentimentos de rejeição e falta de referência, o abandono afetivo viola profundamente valores fundamentais, como a honra, o nome e a moral.

Diante da devida compreensão da importância e do papel fundamental do genitor no desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como dos inúmeros prejuízos que a ausência paterna pode acarretar na vida do menor, é imprescindível estabelecer determinados pressupostos da responsabilidade civil, de forma a vincular o descumprimento do dever de cuidado a uma possível responsabilização do genitor.

O instituto da responsabilidade civil possui diversos objetivos, destacando-se a função compensatória, a função punitiva do ofensor e a função pedagógica, com o intuito de tornar públicas as condutas que não são toleradas na sociedade.

A função compensatória é percebida quando não é viável a restituição do bem prejudicado, sendo assim determinado o pagamento de uma quantia correspondente à reparação do dano, ou, na hipótese em que a restituição não é possível, um valor compensatório apropriado.

A segunda função da responsabilidade civil consiste na punição do ofensor pelo mal causado a terceiros, visando desencorajar a prática de atos lesivos.

¹⁰LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.29.

¹¹*Ibid.*, p. 70.

No que se refere à função socioeducativa ou pedagógica, busca-se alertar a sociedade de que condutas como as do ofensor não podem ser toleradas na convivência em sociedade, uma vez que desequilibram a ordem social e violam a segurança coletiva.

A responsabilidade civil é o dever que será gerado em virtude de um do ato ilícito praticados a terceiros, e tem como principal objetivo retornar ao status antigo da vítima que sofreu algum prejuízo, como conceitua Cavalieri:

A essência da responsabilidade está ligada à noção de desvio de conduta, ou seja, foi ela engendrada para alcançar as condutas praticadas de forma contrária ao direito e danosas a outrem. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico. Em apertada síntese, responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário.¹²

Nas concepções de Cavalieri, a responsabilidade civil está intrinsecamente ligada à responsabilização do indivíduo que causa dano a outrem, resultando em uma obrigação de reparação, seja ela de natureza moral ou material, com o propósito de restabelecer a vítima do ato ilícito ao seu estado anterior.

A responsabilidade civil pode ser classificada em subjetiva e objetiva. A responsabilidade subjetiva decorre da culpa do agente, ou seja, ocorre quando alguém prejudica intencionalmente o outro. Por outro lado, a responsabilidade civil objetiva não depende de culpa, mas sim da existência de um nexo causal entre o resultado e a conduta do agente causador do dano. Dessa forma, a responsabilidade é estabelecida mesmo que o indivíduo não tenha tido a intenção de produzir o resultado prejudicial.

A Constituição estabelece que a criança possui o direito fundamental à convivência familiar. Portanto, é evidente que os pais têm o dever de conviver com o filho, fornecendo-lhe apoio moral, material e afetivo. A negligência no cumprimento dessas responsabilidades pode configurar o abandono afetivo.¹³

É relevante ressaltar que as situações de negligência afetiva nas relações familiares ocorrem principalmente em casos de separação dos pais ou em famílias monoparentais, quando um dos progenitores não consegue assumir efetivamente o papel de genitor, deixando os filhos

¹² CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020, p. 11.

¹³ PEREIRA, Poliana Alves. *Responsabilidade Civil Por Abandono Afetivo*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em direito à Banca Examinadora do Centro Universitário Toledo. 2018. Disponível em: <

<https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/40/3/Responsabilidade%20civil%20por%20abandono%20afetivo%20-%20Poliana%20Alves%20Pereira.pdf>> . Acesso em: 05 fev. 2023.

em um estado de abandono, negligenciando o dever de cuidado. A convivência dos pais não é uma opção, mas sim uma obrigação, e a ausência de contato entre pais e filhos pode acarretar consequências emocionais que comprometem o saudável desenvolvimento da prole¹⁴.

O abandono parental é definido como uma lesão extrapatrimonial a um interesse jurídico protegido, resultante da omissão do pai ou da mãe em cumprir suas responsabilidades no exercício do poder familiar. Tal conduta configura um ato ilícito e, portanto, constitui o fundamento para a obrigação de indenização.¹⁵

A comprovação do abandono afetivo requer a demonstração do efetivo prejuízo, sendo um elemento essencial para configurar a obrigação de indenizar. É necessário comprovar a culpa do genitor ao se omitir na convivência com seu filho, negligenciando a contribuição para o desenvolvimento da personalidade do menor.

O abandono afetivo decorre principalmente da falta de observância dos deveres de natureza imaterial, em vez dos aspectos materiais. O sistema jurídico já estabeleceu normas para inibir e punir as faltas materiais dos pais, como a possibilidade de prisão para devedores de pensão alimentícia.¹⁶

Nesse sentido, Nancy Andrichi¹⁷ traça os elementos para caracterizar o dano moral nos casos que envolvem abandono familiar. Ressalta-se o seguinte trecho do julgado do relatório da referida ministra:

[...] é das mais mezinhas lições de Direito, a tríade que configura a responsabilidade civil subjetiva: o dano, a culpa do autor e o nexo causal. Porém, a simples lição ganha contornos extremamente complexos quando se focam as relações familiares, porquanto nessas se entremeiam fatores de alto grau de subjetividade, como afetividade, amor, mágoa, entre outros, os quais dificultam, sobremaneira, definir, ou perfeitamente identificar e/ou constatar, os elementos configuradores do dano moral. No entanto, a par desses elementos intangíveis, é possível se visualizar, na relação entre pais e filhos, liame objetivo e subjacente, calcado no vínculo biológico ou mesmo autoimposto – casos de adoção –, para os quais há preconização constitucional e legal de obrigações mínimas. Sendo esse elo fruto, sempre, de ato volitivo, emerge, para aqueles que concorreram com o nascimento ou adoção, a responsabilidade decorrente de suas ações e escolhas, vale

¹⁴ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito de Famílias*. 11. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 164.

¹⁵ PEREIRA, Poliana Alves. *Responsabilidade Civil Por Abandono Afetivo*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em direito á Banca Examinadora do Centro Universitário Toledo. 2018. Disponível em: <

<https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/40/3/Responsabilidade%20civil%20por%20abandono%20afetivo%20-%20Poliana%20Alves%20Pereira.pdf>> . Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁶ MONTEMURRO, Danilo. *Amor não é obrigatório, mas abandono afetivo de criança gera dano moral*. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-dez-06/amor-nao-obrigatorio-abandono-afetivo-gera-dano-moral> >. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n. 1.159.242-SP*. Relator: Ministra Nancy Andrichi. Disponível em: < https://migalhas.uol.com.br/arquivo_artigo/art20120510-02.pdf >. Acesso em: 13 fev. 2023.

dizer, a criação da prole. Fernando Campos Scaff retrata bem essa vinculação entre a liberdade no exercício das ações humanas e a responsabilidade do agente pelos ônus correspondentes: (...) a teoria da responsabilidade relaciona-se à liberdade e à racionalidade humanas, que impõe à pessoa o dever de assumir os ônus correspondentes a fatos a ela referentes. Assim, a responsabilidade é corolário da faculdade de escolha e de iniciativa que a pessoa possui no mundo, submetendo-a, ou o respectivo patrimônio, aos resultados de suas ações que, se contrários à ordem jurídica, geram-lhe, no campo civil, a obrigação de ressarcir o dano, quando atingem componentes pessoais, morais ou patrimoniais da esfera jurídica de outrem. (Da culpa ao risco na responsabilidade civil in: RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz; MAMEDE, Gladston; ROCHA, Maria Vital da (coords.). Responsabilidade civil contemporânea. São Paulo, Atlas, pag. 75).

Nesse sentido, o Código Civil¹⁸ estabelece, em seus artigos 186 e 927, o seguinte regramento da responsabilidade civil, *in verbis*:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Dessa forma, deve ser analisada a proporção do dano sofrido a fim de que seja feita aplicada a correta punição, eliminando o dano imerecido por meio da obrigação legal¹⁹ de repará-lo.

Logo, estando presente todos os requisitos do instituto da responsabilidade civil, ou seja, a conduta voluntária e o nexo causal, exatamente como preceitua o artigo 927 do Código Civil²⁰, deve ser analisado os danos sofridos existentes.

3. A RESPONSABILIDADE CIVIL COMO FORMA DE COMPENSAR O ABANDONO AFETIVO

Atualmente, o Poder Judiciário tem progressivamente reconhecido o direito à compensação por danos morais, em consonância com os artigos 186 e 187 do Código Civil de 2002²¹, que estabelecem o direito de ser indenizado pelos danos causados por outrem, independentemente de culpa, seja por ação consciente ou voluntária, inclusive nos casos de danos puramente emocionais. Além disso, o artigo 927, parágrafo único do CC/02, impõe a obrigação do responsável pelo dano de reparar a vítima.

¹⁸BRASIL, *op. cit.*, nota 2.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*

A possibilidade de dano moral em casos de abandono afetivo pode ser analisada sob a perspectiva jurídica, uma vez que a Constituição Federal²² prevê a proteção à dignidade da pessoa humana, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da família como instituição social.

A paternidade responsável, prevista na Magna Carta²³, bem como nos demais diplomas legais, não se restringe a deveres de natureza patrimonial, sendo é guiado nos deveres de assistir, criar, educar, proteger.

O afeto, como elemento basilar das relações familiares foi elevado a valor jurídico. Engloba o dever de cuidado, a paternidade responsável e a proteção integral da criança e adolescente, insculpidos na CRFB/88²⁴, na Convenção Sobre os Direitos da Criança²⁵, no ECA²⁶ e no Código Civil²⁷

Nessa toada, de acordo com Felipe da Cunha de Almeida²⁸ no Direito das Famílias, prepondera a ordem pública, de interesse e proteção estatal, incidindo a aplicação do instituto da Responsabilidade Civil:

No Direito de Família, prepondera a ordem pública, incidindo sobre as relações pessoais entre cônjuges, entre pais e os filhos, nos regimes matrimoniais, na celebração e dissolução do casamento, entre outros. E dito interesse, de forma permanente e estatal, tem a família como célula básica, portanto, necessitando e dedicando proteção especial, conforme observamos da própria Constituição Federal, em seu artigo 226. Pode-se concluir, então, que a Responsabilidade Civil, de forma específica quanto ao Direito de Família, conforme o dispositivo referido, encontra fundamento para a devida incidência.

É importante salientar e enfatizar o papel crucial do IBDFAM no contexto do Direito de Família. Entre as declarações aprovadas pelo IBDFAM durante o IX Congresso Brasileiro de Direito de Família, tem-se o Enunciado n. 8²⁹: “O abandono afetivo pode gerar direito à reparação pelo dano causado”.

Assim, sendo o abandono afetivo considerado uma conduta grave e ilícita, tendo em vista que decorre de ofensa aos princípios constitucionais, Charles Bicca³⁰ enfatiza:

²² BRASIL, *op. cit.*., nota 1.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ BRASIL. *Convenção sobre os direitos da criança*: Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm >. Acesso em: 28 fev. 2023.

²⁶ BRASIL. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >. Acesso em: 28 fev. 2023.

²⁷ BRASIL, *op. cit.*., nota 2

²⁸ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 36

²⁹ IBDFAM. *Enunciado n.8*. Disponível em: < <https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam> >. Acesso em: 28 fev. 2023.

³⁰ BICCA, *op. cit.*, 2015, p.32.

Ademais, o abandono é ilícito que se reveste de maior gravidade possível, pois atenta contra a dignidade constitucional da família, ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e gera efetivos danos aos direitos da personalidade da criança. Sendo ainda certo, que, dentre os deveres inerentes ao poder familiar, está o de convívio, cuidado, proteção, criação e educação dos filhos. A ilicitude não está no desamor, mas na mais absoluta falta de atendimento ao dever de cuidado, requisito mínimo a ser empreendido na vida de uma criança para o seu pleno desenvolvimento.

Maria Berenice Dias³¹ assevera que:

Ainda que a afetividade não seja indenizável, o reconhecimento da existência do dano psicológico deve servir, no mínimo, para gerar o comprometimento do pai com o pleno e sadio desenvolvimento do filho. Não se trata de atribuir um valor ao amor, mas reconhecer que o afeto é um bem que tem valor.

Portanto, resta claro que o afeto foi alçado a dever jurídico no vínculo familiar, bem como o cuidado, tendo em vista sua importância para a formação e desenvolvimento da prole, e o Direito pode exigir comportamentos que fortaleçam os vínculos afetivos e de cuidado mínimos.

Rolf Madeleno³² assevera que:

A negligência de um pai ou mãe que somente contribui com a pensão alimentícia ao menor, porém não age com um mínimo de afeição. Esse age ilícitamente, pois a figura do “pai” ou da “mãe” vai além do biológico ou jurídico, mas de acordo com a exegese da lei, pai e mãe são aqueles que demonstram afeto na criação da criança, criando um vínculo afetivo com o filho.

O Judiciário tem suma importância para solucionar conflitos gerados entre pais e filhos, principalmente no que diz respeito ao abandono afetivo, devendo conduzir o processo de indenização, com a devida reparação e tentativa de aproximação entre pais e filhos.

Entre as decisões favoráveis recentes, pode-se citar a da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)³³, a qual estatui ser possível esse tipo de reparação civil.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e

³¹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito de Famílias*. 11. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 138.

³² MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 4. ed. rev., ampl. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 218.

³³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso especial n. 1159242/SP.2009/0193701-9*. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=14828610&tipo=51&nreg=200901937019&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20120510&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, ex surgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.⁴ . Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido.

A ausência de envolvimento emocional configura uma conduta inadequada, pois viola a obrigação de desempenho familiar. Portanto, é justificável conceder uma compensação por danos emocionais, uma vez que o comportamento do pai que abandona seu filho afeta o direito fundamental da criança a uma formação psicológica saudável. A finalidade da indenização é tanto reparar o dano quanto educar, buscando conscientizar o genitor sobre a imoralidade e ilegalidade de seu ato.

Além disso, é importante ressaltar que a reparação do dano moral não visa apenas compensar o sofrimento em si, mas também punir o agente causador do dano e prevenir a ocorrência de novos casos de abandono afetivo.

Em suma, a possibilidade de dano moral em casos de abandono afetivo existe, e sua reparação pode ser buscada por meio do Judiciário. A análise da reparação do dano moral em casos de abandono afetivo deve ser realizada de forma individualizada, levando em consideração as circunstâncias envolvidas e os prejuízos sofridos pela pessoa afetada pelo abandono.

Desse modo, verifica-se a possibilidade de indenização por abandono afetivo parental, mediante análise dos pressupostos da responsabilidade civil no caso concreto.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar os aspectos da responsabilidade civil nas relações familiares, com ênfase no abandono afetivo por parte dos pais. Investigou-se a possibilidade de obter proteção legal nos casos em que a falta de cuidado parental resulta em danos emocionais e psicológicos graves para a criança, além de analisar se a compensação financeira por dano moral é suficiente para mitigar o sofrimento causado.

Ao longo deste estudo, tornou-se evidente que, com a promulgação da nova Constituição, a família passou a ser vista como um meio de promover a personalidade humana, indo além de

ser apenas uma instituição. O papel do afeto ganhou importância no sistema jurídico, sendo um fundamento presente em diversos dispositivos constitucionais e no Código Civil. Portanto, constitui uma justificativa válida para a reparação do dano moral e psicológico decorrente do abandono afetivo parental.

Ao explorar o tema da afetividade e do dever de cuidado, chegou-se à conclusão de que a afetividade é uma condição essencial para o desenvolvimento da vida humana no âmbito familiar e social. Desse modo, o princípio da afetividade decorre do princípio da dignidade da pessoa humana, que serve como a base para todos os princípios gerais do Direito.

Por fim, com base nas fundamentações teóricas apresentadas, examinou-se se a violação ao dever de afeto e cuidado pode ocasionar dano moral, e se a indenização constitui uma medida eficaz para combater o abandono afetivo ou se pode agravar ainda mais o distanciamento entre pai e filho.

Ao analisar o conceito e os elementos da responsabilidade civil, constatou-se que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o foco da reparação dos danos deslocou-se do agente causador para a vítima. Assim, tornou-se possível a reparação em qualquer situação em que o agente cause dano à vítima.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o dano moral é passível de indenização e deve ser reconhecido nas relações familiares, desde que sejam consideradas as particularidades deste ramo do Direito, que envolve relações subjetivas.

Considerando a relevância da instituição familiar no sistema jurídico brasileiro, constata-se que os danos causados a ela são passíveis de responsabilização civil, incluindo o dano abordado neste estudo, que é o abandono afetivo dos filhos por parte de seus pais. Isso decorre do fato de que a reparação desse dano representa uma forma de fortalecer valores como dignidade e respeito para aqueles que nunca receberam afeto.

Conclui-se, portanto, que a conduta de um genitor que não cumpre suas responsabilidades inerentes ao poder familiar, como a ausência afetiva, claramente configura uma prática ilícita. Nesse sentido, o genitor em questão terá violado os deveres parentais para com seu filho, devendo ser responsabilizado civilmente por suas ações.

Por meio deste trabalho, evidenciou-se que o Superior Tribunal de Justiça tem adotado uma postura favorável à responsabilização dos genitores que abandonam afetivamente seus filhos. Os casos julgados demonstram de forma inequívoca que tal conduta causa marcas e consequências, as quais frequentemente são irreparáveis para os filhos.

Nessa perspectiva, é possível considerar a viabilidade da compensação por danos morais decorrentes das relações familiares, desde que seja claramente comprovado o descumprimento sério e efetivo dos deveres intrínsecos a essas relações por parte dos pais. Negar a responsabilização dos genitores negligentes nessas situações seria uma permissão para que abandonem afetivamente seus filhos e escapem de sua obrigação de cuidado, a qual é estabelecida pela atual ordem constitucional.

REFERÊNCIAS

AURUM. *Aspectos e consequências jurídicas do abandono afetivo*. Disponível em: <<https://www.aurum.com.br/blog/abandono-afetivo>>. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 06 set. 2022.

_____. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 08 set. 2022.

_____. *Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 28 fev. 2023.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso especial n. 1159242/SP.2009/0193701-9*. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=14828610&tipo=51&nreg=200901937019&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20120510&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BICCA, Charles. *Abandono afetivo: o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos*. Brasília: OWL, 2015.

CARBONERA, Silvana Maria. O papel jurídico do afeto nas relações de família In: FACHIN, Luiz Edson (coord.). *Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Yves de; PIAGET, Vygotsky. *Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Manual das Famílias*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, V. 5. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

IBDFAM. *Enunciado n.8*. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 4. ed. rev., ampla. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MONTEMURRO, Danilo. *Amor não é obrigatório, mas abandono afetivo de criança gera dano moral*. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-dez-06/amor-nao-obrigatorio-abandono-afetivo-gera-dano-moral> >. Acesso em: 13 fev. 2023.

PEREIRA, Poliana Alves. *Responsabilidade Civil Por Abandono Afetivo*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em direito á Banca Examinadora do Centro Universitário Toledo. 2018.

TERAPIA DE BOLSO. *Abandono afetivo: psicóloga explica os danos para formação da criança*. Disponível em: <https://blog.terapiadebolso.com.br/abandonoafetivo-psicologa-explica-os-danos-para-formacao-da-crianca/> . Acesso em: 07 set. 2022.

TARTUCE, Flávio. *Novos Princípios do Direito de Família Brasileiro*. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/308/Novos+princ%C3%ADpios+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+Brasileiro+%281%29>>. Acesso em: 07 set. 2022.